

Referência: REQUIMTE 2023-27

Área científica: Química

1. A Direção do REQUIMTE- Rede de Química e Tecnologia – Associação deliberou abrir concurso de seleção internacional de doutorado, em regime de contrato de trabalho sem termo. O presente aviso destina-se ao provimento um (1) lugar de Investigador (**Referência REQUIMTE 2023-27**), para o exercício de atividades de investigação científica na área científica da Química, em regime de contrato de trabalho sem termo ao abrigo do Código do Trabalho, no Laboratório Associado para a Química Verde - Tecnologias e Processos Limpos – LA/P/0008/2020, com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais, com vista a realizar atividade de investigação científica em Química Analítica e Ciência Alimentar.

2. Legislação aplicável

Decreto-lei n.º 124/1999, de 20 de Abril; Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação atual; Artigos 17º, 19º e 28º do REC, publicado em Diário da República sob o número 607-A/2017, de 22 de Novembro.

3. Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC o júri do concurso tem a seguinte composição: Isabel Maria Pinto Leite Viegas Oliveira Ferreira (Professor Associado com Agregação, Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Presidente do júri por delegação do Diretor da REQUIMTE), Olívia Maria Castro Pinho (Professor Catedrático, Faculdade de Ciências da Nutrição), e Manuel António Coimbra (Professor Associado com agregação, Universidade de Aveiro).

4. O local de trabalho situa-se na Faculdade de Farmácia - Universidade do Porto.

5. A remuneração mensal a atribuir é o correspondente ao índice 220 da Carreira de Investigação Científica (Anexo I do Decreto-Lei nº 124/99, de 20 de Abril).

6. Ao concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de doutor(a) em Nutrição e Química dos Alimentos com pelo menos 5 anos de experiência pós-doutoral.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de Agosto, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data da assinatura do contrato de trabalho.

7. São requisitos gerais de admissão a concurso os definidos no ponto 6 e requisitos especiais possuir:

- 1- publicações nas áreas de Ciência Alimentar, Química Analítica e Ambiental e áreas afins que totalizem mais de 50 publicações;
- 2- experiência comprovada em métodos cromatográficos para a análise de contaminantes orgânicos em diferentes matrizes, incluindo matrizes alimentares e biológicas;
- 3- experiência comprovada no desenvolvimento e validação de métodos analíticos baseados em espetrometria de massa para a determinação de biomarcadores biológicos;

4- experiência comprovada em modelos *in vitro* para avaliar o impacto da digestão gastrointestinal na toxicidade de contaminantes orgânicos e microbioma.

8. Nos termos do artigo 5.º do RJEC a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos.

9. A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade:

a) Da produção científica ou tecnológica dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato;

b) Das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato;

c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato;

d) De atividades de empreendedorismo e transferência tecnológica;

e) De atividades de elaboração de candidaturas para financiamento em projetos de I&DT.

10. São critérios de avaliação:

Na avaliação do CV dos candidatos, em particular da experiência científica e do mérito científico, serão valorizados os elementos apresentados para os últimos cinco anos de atividade abrangidos pelas áreas específicas do concurso (ver ponto 1), de acordo com os seguintes critérios:

10.1 Avaliação integrada da trajetória curricular do candidato, com base numa visão geral do seu mérito científico:

I. Coerência global do CV – 15%;

II. Diversidade e qualidade dos indicadores bibliométricos, incluindo artigos com revisão arbitrada por pares, relevantes nas áreas indicadas nos pontos 1 e 7 ou que demonstrem as aptidões técnico-científicas relevantes – 20%;

III. participação e/ou coordenação de projetos de investigação na área de qualidade e segurança alimentar e contaminantes – 15%.

10.2 Experiência relevante, demonstrada no CV em:

I. Análises de contaminantes orgânicos por cromatografia líquida MS/MS – 10%;

II. Análise de contaminantes orgânicos por cromatografia gasosa MS/MS – 10%;

III. Métodos avançados de preparação de amostras baseados em extrações Quenchers e DLLME – 10%;

IV. Validação de métodos analíticos baseados em espetrometria de massa para a determinação de marcadores biológicos – 10%;

V. Novos métodos analíticos amigos do ambiente, exploração de novas técnicas – 10%.

Apenas serão elegíveis os candidatos que obtenham uma classificação igual ou superior a 50% nos parâmetros indicados acima.

11. No caso de existirem candidatos com classificação cuja diferença seja menor ou igual a 10% da classificação obtida pelo melhor candidato, o júri entrevistará o candidato melhor classificados e os candidatos nesta situação. O objetivo da entrevista é esclarecer aspetos relacionados com os resultados da investigação prévia.

A classificação final a indicar por cada membro do júri é composta por: 90% baseada na avaliação curricular e do percurso científico e 10% baseada na entrevista.

12. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0 a 100.

13. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções.

14. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

16. A deliberação final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição a quem compete também decidir da contratação.

17. Formalização das candidaturas:

17.1 As candidaturas devem ser formalizadas no endereço eletrónico <https://www.requimte.com/> com os seguintes documentos em suporte digital, de preferência em formato de PDF:

- i) Curriculum vitae;
- ii) Carta de motivação;
- iii) Certificado de habilitações;
- iv) Outros documentos que considere relevantes.

17.2 Período de apresentação de candidaturas decorre entre **06/04/2023 e 21/04/2023**.

18. São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

19. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

20. A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações sitas na Praça Coronel Pacheco nº 15-6º andar, Porto, publicitadas na página eletrónica da REQUIMTE, sendo os candidatos notificados por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação.

21. Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final: Após notificados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar **em sede de audiência prévia**. Num prazo de até 90 dias úteis, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

22. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

23. Política de não discriminação e de igualdade de acesso: A REQUIMTE – Rede de Química e Tecnologia – Associação, promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida,

deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

24. O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 04/04/2023.

25. Nos termos do D.L. nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

26. A seleção da(o) candidata(o) a contratar depende das orientações e regulamentos aplicáveis por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, e da verificação do cumprimento dos pressupostos administrativos neles constantes. A REQUIMTE reserva-se o direito de anular o presente concurso caso os pressupostos referidos não estejam assegurados.